



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 423

TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

FOTO: VICENTE LUIZ



O Tribunal de Contas passou a disponibilizar para consulta pública todas as peças processuais produzidas em seus processos eletrônicos. A decisão partiu do Conselho do TCE, atendendo a uma representação do Ministério Público de Contas. Relatórios de auditoria e respectivos contraditórios, se houver, poderão ser acessados por qualquer pessoa no site do Tribunal, com o número ou outras informações do processo.

O TCU COM PERNAMBUCANOS

O presidente Marcos Loreto confirmou presença na posse dos pernambucanos José Múcio Monteiro Filho e Ana Lúcia Arraes na presidência e vice-presidência do Tribunal de Contas da União, marcada para o dia 11 de dezembro, em Brasília. José Múcio irá substituir o ministro Raimundo Carreiro.

O SUCESSO DO 3º CONACON

FOTO: NINA TEMUDO

Com a presença do ministro Benjamin Zimler (TCU), do presidente da Atricon, Fábio Nogueira e de outras autoridades, foi realizado no auditório do TCE, na semana passada, o 3º Congresso Nacional de Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas.



Diversos especialistas na matéria proferiram palestras ou participaram de painéis para debater os desafios do controle externo diante da nova situação em que se encontra o Brasil, que está na iminência de empossar um novo presidente da República e um novo Congresso Nacional. O conselheiro Valdecir Pascoal e a procuradora geral do Ministério Público de Contas Germana Laureano participaram como expositores do painel sobre os desafios e avanços do controle externo nos 30 anos da Constituição.

AMPLIAÇÃO DA AUDITORIA

O TCE decidiu ampliar o alcance da auditoria que está sendo feita pelo órgão para apurar indícios de irregularidades em contratos celebrados entre o IRH e a Empresa Casa de Farinha para o fornecimento de gêneros alimentícios ao Hospital dos Servidores do Estado. O Ministério Público de Contas, autor da representação enviada ao TCE, cobra mais celeridade na realização do processo licitatório, que está se arrastando há quatro anos. O fornecimento de refeições vem sendo feito por contratos sem licitação.

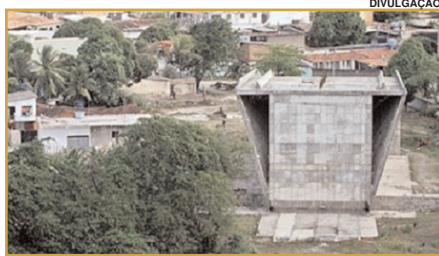
CONTRATOS TEMPORÁRIOS

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas negou registro a 893 contratos temporários de 2017 da Secretaria Estadual de Educação, cujo objeto era preencher vagas para diversos cargos. O Tribunal entendeu que o Governo do Estado usa essas contratações como "regra", e não como "exceção" e que na época em que elas foram realizadas o percentual de despesas com pessoal já havia excedido o limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

PONTE DO MONTEIRO

DIVULGAÇÃO

Arrastando-se há mais de 70 meses, por falta de planejamento e carência de recursos, a ponte que liga os bairros de Iputinga/ Monteiro, na cidade do Recife, de responsabilidade da prefeitura, foi analisada por uma auditoria do TCE julgada irregular na última quinta-feira.



A conselheira Teresa Duere, relatora do processo, considerou que houve negligência na condução da obra, que perdeu inclusive um financiamento do Banco Mundial. Foram aplicadas multas individuais no valor de R\$ 81.395,00 a vários gestores e débitos aos responsáveis pela obra.

ECONOMIA NA RECIPEV

Análise prévia feita por uma equipe técnica do TCE num edital de concorrência pública da Reciprev (Autarquia Previdenciária do Recife) resultou numa economia para os cofres da empresa da ordem de R\$ 4.490.318,54. A licitação se destinava à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores da prefeitura. O TCE sugeriu que se trocasse o modelo de Concorrência pelo de Pregão Eletrônico e a Reciprev anulou o edital e publicou outro.



www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Ouvidoria | 0800 081 1027